

## ESPAÇOS PÚBLICOS E O BRINCAR INFANTIL NA CIDADE DE MACEIÓ.

### Resumo

O texto aborda ações de extensão desenvolvidas no projeto “Os espaços públicos ao ar livre e o brincar infantil na cidade de Maceió”, articulado ao componente “Atividade Curricular de Extensão 4 – Oficinas II” (A.C.E.4), do Curso de Pedagogia da UFAL/Maceió, cujo objetivo geral consistiu em identificar e conhecer espaços públicos utilizados por crianças de 0 a 10 para o brincar, como ruas, calçadas, praças, parques e outros. As observações e coleta de dados foram realizadas em quatro bairros da capital alagoana. Observamos como as crianças brincam, com quem e com o que brincam e como se apropriam dos equipamentos públicos para suas brincadeiras e, desse modo, buscamos compreender como a produção das culturas infantis se institui em meio àqueles contextos e relações. Indagamos: em que medida a cidade de Maceió se constitui em território da e para a infância? Os espaços públicos na cidade são adequados ao brincar infantil, respeitam e garantem o direito à brincadeira e às especificidades das crianças? Os estudos da Sociologia da Infância e da Geografia da Infância apoiaram as discussões, reflexões e análises geradas por meio dos dados produzidos sobre os espaços pesquisados. Evidencia-se que em regiões periféricas os espaços públicos acessados pelas crianças não possuem estrutura adequada, contudo, este fato não as impede de transformar aqueles espaços e dar novos sentidos e funções para eles.

**Palavras-chave:** : Brincadeira; Culturas Infantis; Território da e para a Infância.

ANA MARIA DOS SANTOS. (autor)

Vínculo Institucional: UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE ALAGOAS.

Submetido em NOV/2022.

Aceito em NOV/2022.

Revisado em NOV/2022.

Publicado em DEZ/2022.

## INTRODUÇÃO

O texto ora apresentado tem o intuito de discorrer sobre as ações desenvolvidas por meio do projeto de extensão intitulado “Os espaços públicos ao ar livre e o brincar infantil na cidade de Maceió”, cuja proposta se articulou ao componente curricular, denominado “Atividade Curricular de Extensão 4 – Oficinas II” (A.C.E.4), ofertada no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Maceió.

Em consonância com a ementa de A.C.E.4, que tem como objeto de estudo a brinquedoteca e as diferentes espacialidades e materialidades voltadas ao brincar, o objetivo geral do referido projeto consistiu em conhecer espaços públicos abertos, utilizados por crianças na faixa etária de 0 a 10 anos, para brincar.

As observações e coleta de dados foram realizadas, especificamente em praças localizadas em 04 (quatro) bairros da capital alagoana: Cidade Universitária, Ponta Grossa, Prado e Levada, sendo 03 (três) na parte baixa e 01 (um) na parte alta da cidade, no período de junho a julho de 2022. O projeto contou com a participação de 13 (treze) estudantes, matriculados em A.C.E.4 e de duas professoras do Curso de Pedagogia e já se encontra em sua fase terminal.

A partir das visitas às praças, foi possível escutar as crianças que frequentavam aqueles espaços, bem como os adultos que as acompanhavam no local que, geralmente, eram os pais. Observamos como as crianças brincam, com quem brincam, com o que brincam e como se apropriam dos equipamentos públicos para suas brincadeiras e, desse modo, buscamos compreender como a produção das culturas infantis se institui em meio àquelas relações e contextos.

Partimos das seguintes indagações: em que medida a cidade de Maceió se constitui em território da e para a infância? Os espaços públicos na cidade são adequados ao brincar infantil? A estrutura e manutenção desses espaços e das materialidades do brincar ali presentes respeitam e garantem o direito à brincadeira e às singularidades das crianças? Tais indagações advêm da urgência de pensar quais são os projetos voltados à relação da criança com a cidade e como a infância é concebida pelos gestores públicos no município de Maceió, o que reflete na forma como são tratadas questões desde a presença de áreas verdes, que propiciem o contato das crianças com elementos da natureza; a existência, nos espaços públicos, de brinquedos fixos bem conservados e adequados às diferentes faixas etárias das crianças que a eles têm acesso; bancos de areia; espaços seguros, bem iluminados, arborizados, dentre outros aspectos que considerem a criança e suas necessidades de vivenciar a infância de forma plena.

Para aprofundar os conhecimentos da temática em tela, dialogamos com o referencial da Sociologia da Infância e da Geografia da Infância, como Lopes e Vasconcellos (2006), Pieper (2014), Pinto e Bichara (2017), Barros (2018), dentre outros.

## **A CIDADE COMO TERRITÓRIO DA E PARA AS INFÂNCIAS**

O brincar é fundamental para o desenvolvimento infantil, sendo uma linguagem por meio da qual a criança se comunica, imagina, re/cria símbolos e imagens, se expressa e avança no processo de construção de sua identidade, na conquista da autonomia, bem como torna-se capaz de compreender a si, o outro, o mundo e os elementos naturais e sociais nele presentes.

Andrade (2016) afirma que a importância dessa ação vai além da etapa da Educação Infantil e que é necessário que se concretize em ambientes não somente escolares, mas também que sejam utilizados ambientes sociais. Andrade (2016) ainda expõe que o brincar consiste em uma forma de as crianças produzirem cultura, construir suas culturas de pares e garantir a transmissão dos rituais, jogos e brincadeiras tradicionais para as gerações futuras.

A experiência das crianças nas brincadeiras em ruas, praças, parques e outros espaços externos, abertos, possibilita ampliar e enriquecer seus movimentos corporais, tornando-a capaz de compreender e respeitar regras, de negociar e cooperar com o coletivo, desperta a dimensão social e afetiva, tendo em vista que o brincar em espaços abertos leva a criança a interagir com outras crianças e também com adultos.

França (Apud PIEPER, 2014, p.4-5), entende que “os espaços que frequentamos emitem ondas antropológico-culturais, às quais não somos refratários. O ambiente que nos envolve exerce uma influência direta na criação de uma concepção de mundo, assim como essa concepção interfere na formação do ambiente”

É importante entender que o espaço público necessita de um planejamento que proporcione segurança às crianças e suas famílias, desse modo, o planejamento urbanístico deve considerar esses sujeitos que, por muito tempo, ficaram à margem das decisões políticas, assumindo lugar secundário nos cenários das pequenas e grandes cidades deste país.

Almeida (2012) considera que,

Cada cidadão, ao nascer ou viver em uma cidade, tem sua própria história pessoal entrelaçada com a da cidade, dotando os espaços, as ruas, os itinerários, etc. de significados que lhe são próprios”. Os espaços públicos, portanto, precisam ser organizados para possibilitar que todos os cidadãos possam participar das decisões sobre a cidade e vivenciar variadas experiências, tanto os adultos como as crianças (ALMEIDA, 2012, p. 80).

**ESPAÇOS PÚBLICOS E O BRINCAR INFANTIL NA CIDADE DE MACEIÓ.  
ANA MARIA DOS SANTOS.**

O brincar é um direito da criança, sendo preconizado em documentos oficiais como a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), a Base Nacional Comum Curricular (2018), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), Brinquedos e brincadeiras nas creches: manual de orientação pedagógica (2012) e outros.

O referencial teórico utilizado neste projeto dialoga com autores que estudam o tema da brincadeira enquanto atividade principal na infância articulado ao campo dos estudos e pesquisas sobre a urbe enquanto espaço que deve ser pensado e planejado para atender cada vez mais as demandas das crianças e o brincar infantil.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) estabelecem que as práticas pedagógicas das instituições infantis devem se orientar por meio dos eixos das interações e da brincadeira, atividades fundamentais ao desenvolvimento integral das crianças. Diante disso, compreende-se que este é um avanço importante que o país tem conquistado em termos legais. É preciso que os eixos fundamentais das propostas pedagógicas de creches e pré-escolas em todo o país sejam concretizados cotidianamente, uma vez que diz respeito à qualidade da educação que oferecemos às crianças.

Contudo, não podemos esquecer que a experiência brincante, considerada atividade essencial na infância, não ocorre somente em contexto formal de educação, mas que a criança brinca e deseja brincar em todos os lugares pelos quais transita e que é convidada a ir ao encontro de seus pares e produzir e ressignificar as culturas lúdicas infantis.

Segundo Pieper (2014, p.1) “na infância os lugares possuem um valor significativo, um valor que é compartilhado pelas crianças. Os espaços são importantes na socialização dos indivíduos, sejam eles o espaço familiar ou escolar (sala de aula, pátio, pracinha)”. É necessário que os espaços sejam organizados e planejados para esse público específico, considerando seus diferentes modos de vivenciar, explorar e re/conhecer os lugares que ocupam.

Vygotski (1991) considera que o brincar é essencial para o desenvolvimento cognitivo da criança, pois os processos de simbolização e de representação a levam ao pensamento abstrato. Pensando desta forma, entendemos que a criança precisa estar em um espaço em que possa ser respeitado o seu direito ao brincar e que elas devem assumir lugar de destaque no planejamento urbano das cidades brasileiras, portanto, a necessidade de assegurar efetivamente a existência de espaços públicos, como praças e parques que atendam às necessidades de brincar.

No que diz respeito aos estudos no campo da Geografia da Infância, Lopes e Vasconcellos (2006) asseguram que,

ESPAÇOS PÚBLICOS E O BRINCAR INFANTIL NA CIDADE DE MACEIÓ.  
ANA MARIA DOS SANTOS.

[...] a geografia da infância tem como questão básica a compreensão da infância em seus diferentes contextos, ou seja, como os arranjos sociais, culturais, produzem as infâncias em seus diferentes espaços e tempos e como as crianças ao se apropriarem dessas dimensões sociais, as reconfiguram, as reconstróem, e ao se criarem, criam suas diferentes geografias (LOPES; VASCONCELLOS, 2006, p.122).

É de fundamental importância reconhecer as marcas que as experiências com diferentes espaços deixam em cada sujeito de forma singular, enquanto memória afetiva, como expõe Pieper (2014),

A história de cada criança vai-se compondo a partir do espaço que vivencia no dia-a-dia, da imagem do lugar, da experiência sensorial, motora, emocional e social, do aprendizado, da imaginação e da memória, com a percepção diferente da do adulto. Entre todos os tipos de espaço, é o espaço público, espaço de todos, que proporciona uma fonte de estímulos, riquezas, conhecimentos, aprendizados, inter-relacionamentos, e desempenha um importante papel no processo de sua formação; é a rua o espaço público que encontra-se por toda a cidade. Hoje as crianças apresentam mudanças na percepção e exploração dos espaços, pois os vivenciam (PIEPER, 2014, p.7).

Barros (2018, p.40) expõe que “as crianças têm verdadeiro fascínio pelos espaços externos porque eles são o lugar da liberdade”.

Conseqüentemente, o conceito de educação integral aliado ao de território educativo faz com que a própria cidade tenha que se repensar, adaptando os espaços públicos para melhorar a mobilidade ativa de crianças e adolescentes, constituindo-se como uma cidade mais amigável à infância. Quando as crianças e adolescentes tentam sair dos muros da escola e usufruir os espaços da cidade, percebemos o quanto isso é dificultado pelo fato de as estruturas urbanas serem pensadas para os adultos e para o fluxo de veículos, do trabalho e do consumo, impondo desafios para que se possa experimentar a cidade como local de convivência e de uso democrático. Vale lembrar que o poeta Mário de Andrade, nos idos de 1935, propôs que as crianças fossem parâmetro de urbanidade. Para ele, a infância não seria completa sem o seu entorno, e o crescimento da criança e da cidade deveriam ser equivalentes e estar harmonizados (BARROS, 2018, p.31).

Nos últimos anos tem se tornado comum o uso da expressão “desemparedar as crianças”, utilizada com o sentido de que é urgente ampliar as experiências infantis para além dos muros da instituição escolar e/ou familiar. Assim, desemparedar implica pensar em deslocamentos que proporcionem amplas e ricas capacidades de dialogar com outros atores sociais, com a riqueza advinda do patrimônio artístico, cultural, científico e ambiental (BRASIL, 2010), presente na cidade e para além das suas fronteiras físicas e geográficas.

Vislumbrar outros desenhos arquitetônicos, outros territórios, outras paisagens, possibilita às crianças construir e ressignificar suas experiências de forma mais alargada, fornecendo um repertório humano e cultural capaz de compreender o mundo em que habita e as relações e vínculos necessários com esse planeta e tudo que nele está presente.

De acordo com Barros (2018),

ESPAÇOS PÚBLICOS E O BRINCAR INFANTIL NA CIDADE DE MACEIÓ.  
ANA MARIA DOS SANTOS.

É necessário refletir sobre o modo de vida e de desenvolvimento que estamos adotando nas cidades, tendo em vista que a urbanização é um processo crescente no país e no mundo. No Brasil, a concentração da população em cidades cresceu de 75,6% em 1991, para 84,7%, em 2015. Portanto, faz sentido pensar sobre a forma como o mundo atual, sobretudo urbano, está acolhendo as novas gerações. Há diversas conquistas e avanços relacionados à infância em nosso país, como o aumento da escolaridade, a redução da mortalidade e o combate à exploração do trabalho infantil. Mas não podemos deixar de considerar que os efeitos da urbanização, entre eles o distanciamento da natureza, a redução das áreas naturais e a falta de segurança e qualidade dos espaços públicos ao ar livre nos levam - adultos e crianças - a passar a maior parte do tempo em ambientes fechados e isolados, criando um cenário que cobra um preço muito alto para o desenvolvimento saudável das crianças (BARROS, 2018, p.18).

No estudo realizado por Pinto e Bichara (2017), fica evidente que com o crescimento dos condomínios fechados, as crianças deixaram de frequentar ambientes públicos ao ar livre, muito desse movimento se dá pela violência crescente e inadequação desses ambientes para as crianças. Contudo, os autores ponderam que esses lugares têm uma grande importância no amadurecimento e desenvolvimento de habilidades sociais das crianças, pois os ambientes públicos permitem que elas possam interagir com outras culturas e adquirir experiências, aumentando assim seus repertórios mediante, inclusive, os próprios espaços. Pois as crianças têm um grande potencial de transformar e ressignificar lugares e experiências a partir de seu contexto.

Para possibilitar a apropriação pelas crianças dos espaços, deve-se levar em conta que as mesmas apropriar-se-ão de locais que são planejados, como parquinhos, por exemplo, mas que também podem se apropriar de locais aos quais elas atribuam o significado.

É a partir do brincar que as crianças aprendem a se ver no mundo, criam conexões e se apropriam do ambiente. Por isso, existem algumas questões que permeiam os espaços públicos quando se refere ao brincar na infância. Um deles é a facilidade, ou não, de ser explorado ao máximo pela criança. Quanto mais o espaço der a liberdade para ser explorado, utilizado, mais a criança terá uma conexão com esse lugar, o que lhe dará o título de lugar de brincar. Um exemplo disso é quando uma criança vai da sua casa até o parque, utilizando esse caminho apenas como percurso o que, para o adulto, muitas vezes, pode ser visto como um espaço sem importância. Entretanto, para a criança que utiliza as ruas para andar de bicicleta, estas são concebidas como um lugar de brincar.

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções (BRASIL, 2018, p.35).

Historicamente, as crianças nunca foram ouvidas sobre as impressões e expectativas

ESPAÇOS PÚBLICOS E O BRINCAR INFANTIL NA CIDADE DE MACEIÓ.  
ANA MARIA DOS SANTOS.

relacionadas aos espaços que habitam. Ouvi-las e deixá-las falar sobre suas necessidades, lhes oferece a oportunidade de participarem da sociedade e, assim, serem tratadas como cidadãs, (PINTO; BICHARA, 2017). E, a partir de suas falas, torna-se possível abrir canais de participação das crianças no contexto das cidades, levando, inclusive, o poder público a apreender que esses sujeitos de pouca idade precisam ser considerados em meio às políticas públicas voltadas para aos desenhos urbanísticos que se pretendem criar para tornar os mais diferentes cantos da cidade mais apropriados para as crianças.

Pinto e Bichara (2017) denunciam a falta de autonomia que as crianças têm quanto à movimentação pelas áreas urbanas e Karsten e Vliet (Apud PINTO; BICHARA, 2017) esclarecem que é cada vez mais comum que os pais estejam presentes nesses espaços. E aos poucos, tal espaço vai se tornando menos do domínio das crianças.

De acordo com Sarmiento (2007),

A infância tem sofrido um processo idêntico de ocultação. Esse processo decorre das concepções historicamente construídas sobre as crianças e dos modos como elas foram inscritas em imagens sociais que tanto esclarecem sobre os seus produtores (o conjunto de sistemas estruturados de crenças, teorias e ideias, em diversas épocas históricas) quando ocultam a realidade dos mundos sociais e culturais das crianças, na complexidade da sua existência social. Este processo de iluminação-ocultação exprime-se nos saberes constituídos sobre crianças e a infância: tanto delas sabemos quanto, numa ciência que tem sido predominantemente produzida a partir de uma perspectiva adultocentrada, as vivências, culturas e representações das crianças escapam-se ao conhecimento que delas temos (SARMENTO, 2007, p. 25-26).

Diante do exposto, é importante romper com a ideia de passividade atribuída às crianças e compreender que elas são sujeitos que incorporam a cultura adulta, uma vez que esse pressuposto é fundamental para o processo de continuidade e desenvolvimento da humanidade, mas que ao se apropriar da cultura em que está inserida, ao interagir com o mundo, as crianças criam formas próprias de interpretá-lo e de agir sobre ele, pois esse contexto proporciona poderosas referências para suas ações e reelaborações de novas e variadas possibilidades de atuar como protagonistas em meio a relações tradicionalmente adultocentradas.

No decorrer das ações de extensão, foi possível compreender que o brincar é essencial ao desenvolvimento infantil, pois é por meio de atos brincantes que a criança conquista sua autonomia e constrói sua identidade. Quando o brincar acontece em espaços públicos, se ampliam as possibilidades de interação e dos repertórios brincantes das crianças, propiciando o desenvolvimento da criatividade, imaginação e capacidade de negociar papéis sociais. Contudo, para que isso aconteça, é necessário um ambiente propício, agradável e seguro que permita aprender a lidar com as diferenças e vivenciar a infância de forma plena.

## **Materiais e métodos**

Visando alcançar os objetivos propostos, a metodologia utilizada foi de cunho qualitativo e exploratório e abarcou as seguintes estratégias: i) aprofundamento do referencial teórico que trata dos espaços do brincar e do papel da brincadeira na formação da criança; ii) elaboração de roteiro visando qualificar os modos e formas de observar e registrar os eventos; iii) visitar os espaços e realizar observações, registros escritos e fotográficos; iv) conversar e escutar as crianças e seus responsáveis que frequentam tais equipamentos; v) produção de um texto memorialístico pelos graduandos sobre suas experiências de brincadeiras em espaços públicos ao ar livre; vi) realização de uma roda de conversa sobre os espaços do brincar em Maceió; vii) socialização dos resultados das ações extensionistas realizadas; viii) elaboração de relatório final e produção de artigos científicos.

Foram elaborados 03 roteiros com o intuito de apoiar as observações e as conversas informais mantidas com as crianças e seus responsáveis, usuários dos espaços pesquisados.

O roteiro de observação contemplava as seguintes questões: identificação do espaço pesquisado (nome e endereço); se está estruturado para atender os interesses de crianças de 0 a 10 anos; segurança que o espaço oferece às crianças e suas famílias; disponibiliza brinquedos variados, bem conservados, seguros e adequados ao brincar; se as brincadeiras ocorrem de forma individual ou coletiva, se os adultos participam das brincadeiras e quem são esses adultos; se o equipamento e sua materialidade garante a imaginação e expressão das crianças, levando-as a explorá-lo de forma potente, segura e autônoma.

Nas conversas com as crianças, perguntamos: se costuma frequentar esse espaço e com quem; do que mais gosta naquele espaço; do que brinca ali; com quem brinca e se gostaria que algo fosse mudando no espaço.

Para os adultos que acompanhavam as crianças, se indagou sobre a frequência semanal ao espaço; a motivação para frequentá-lo; do que você mais gosta ali; considera o espaço seguro e os brinquedos bem conservados e adequados para as crianças; que papel assume – apenas acompanha e/ou participa das brincadeiras; o que poderia ser melhorado no espaço; sobre a importância daquele equipamento público para a comunidade.

As visitas aos espaços foram realizadas pelos graduandos, organizados em duplas e trios, após as observações e conversas informais com as crianças e seus responsáveis, os grupos organizaram os registros escritos e fotográficos e, à luz do referencial teórico estudado, procederam às análises do material coletado.

É importante destacar que uma das ações propostas no projeto se voltou para a produção



escrita de uma memória das infâncias dos estudantes participantes. Rememorar as experiências de brincadeiras em espaços públicos, levou o grupo a produzir escritas perpassadas por sentimentos de pertencimento, de afeto, de saudade e, desse modo, a entender o quanto devem, enquanto futuros pedagogos, proporcionar experiências brincantes em espaços públicos às crianças com as quais atuarão, reconhecendo a emergência desse debate no âmbito da Universidade e demais agências formadoras.

### **Resultados e discussões.**

As ações desenvolvidas por meio do projeto contribuíram de forma sistemática e consistente para o processo de formação dos graduandos, considerando as reflexões sobre a importância da brincadeira para o desenvolvimento infantil. A ampliação das leituras acerca do papel da brincadeira ocorreu a partir do referencial teórico que convidou o grupo a pensar a relação das crianças com a cidade enquanto território das e para as infâncias, apreendendo assim, o papel e a função social que os espaços públicos abertos assumem no contexto das experiências de cada sujeito singular e como seres que se constituem por meio das relações que constroem com os outros e com o mundo.

As ações de extensão se constituíram pela singularidade acerca das reflexões que instigaram no percurso vivenciado pelos estudantes, sensibilizando-os a observar atentamente a cidade, seus espaços, o lugar da criança e de suas brincadeiras de forma que possam se desenvolver plenamente, levando-os, assim, a pensar possíveis alternativas para os desafios encontrados no contexto mais geral de participação e tomada de decisão nas políticas públicas que envolvem a cidades e suas diferentes facetas.

Quando da execução das ações, as dificuldades encontradas ocorreram por ocasião das fortes chuvas que caíram na cidade de Maceió e demais municípios alagoanos. Isso impossibilitou a coleta de amostras mais significativas, uma vez que os espaços estavam sempre esvaziados. A realização da roda de conversa restou prejudicada, devido às chuvas. O cancelamento das atividades na Universidade decorrente da pandemia fez com que a ação fosse adiada, sendo realizada posteriormente na modalidade online, aberta ao público e com divulgação prévia.

## CONCLUSÃO

Este trabalho teve como finalidade apresentar ações do projeto “Os espaços públicos ao ar livre e o brincar infantil na cidade de Maceió”, articulado ao componente ACE4 do Curso de Pedagogia da UFAL, cujo objetivo geral tinha o intuito de conhecer espaços públicos utilizados por crianças de 0 a 10 para o brincar.

Entendemos que a investigação da realidade local possibilita uma análise ampla do vivido e do experienciado, na medida em que também propicia ampliar a compreensão dos determinantes sociais, políticos e culturais imbricados no processo educacional. Neste sentido, a necessidade de conhecer a comunidade e seus problemas para criar mecanismos de enfrentamento das dificuldades postas pela realidade concreta constitui ação importante no contexto do Curso de Pedagogia e, portanto, na formação de futuros professores, tendo em vista sua função basilar de agentes que atuarão na linha de frente dos serviços educacionais oferecidos à população em geral.

Pensar um projeto de extensão voltado para a relação entre as crianças e os espaços públicos abertos na cidade de Maceió (ruas, praças, parques, dentre outros) consistiu em uma demanda importante, sob variadas perspectivas. Dentre elas, cabe destacar o olhar que se deve lançar sobre as políticas públicas que contemplem as crianças e seus diferentes modos de viver suas infâncias em contexto urbano; pensar a cidade enquanto lugar de possibilidades múltiplas de vivenciar sua condição de protagonistas e, portanto, de visibilidade desses cidadãos de pouca idade, dentre outros aspectos não menos importantes que estes.

É importante ratificar que o brincar é um direito da criança e que está expresso em documentos oficiais, como a Constituição Federal de 1988, o ECA (BRASIL, 1990), a LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), o RCNEI (1998), as DCNEI (2009) e outros (BRASIL, 2012). Além dos documentos citados anteriormente, o referencial teórico utilizado dialogou com autores que estudam o tema da brincadeira enquanto atividade principal na infância em diálogo com estudos e pesquisas sobre os espaços públicos abertos das cidades e o brincar infantil.

Foi possível observar que os espaços pesquisados são inadequados ao brincar infantil, tendo em vista a degradação dos brinquedos disponibilizados e a falta de segurança. Observamos que raramente as crianças estão sozinhas e que os adultos que as acompanham são

parceiros nas suas brincadeiras.

Tendo em vista que a investigação focou em regiões cuja população detém menor poder aquisitivo, se evidenciou que os espaços públicos acessados pelas crianças não possuem estrutura adequada. Contudo, a ausência de uma política pública efetivamente voltada para a criação e manutenção desses espaços não tem impedido as crianças de transformá-los e lhes dar novos e variados sentidos e funções.

Entendemos ser fundamental existirem espaços adequados, planejados e próprios para que as crianças possam usufruir deles, sendo consideradas parte da cidade. Assim como para os demais grupos geracionais há preocupação na elaboração de locais adequados dentro da cidade, a urbis precisa garantir para as crianças o seu direito de brincar. Neste sentido, ainda há muito a ser feito para que Maceió ofereça espaços públicos de qualidade para a infância, especialmente em bairros periféricos, tendo em vista se tratar de espaços que não são minimamente pensados para elas, o que demonstra o descaso dos gestores públicos com o público infantil.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. T. P. O brincar das crianças em espaços públicos. Tese (Doutorado em Didática e Organização Educacional) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 2012.

BARROS, Maria Isabel Amando de (Org.). **Desemparedamento da infância**: a escola como lugar de encontro com a natureza. Rio de Janeiro, julho de 2018. 2ª edição. Alana e Criança e Natureza.

BRASIL, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de jul. 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. MEC/SEF. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília, 1998.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

LOPES, J. J. M; VASCONCELLOS, T. Geografia da infância: territorialidades infantis. Currículo sem Fronteiras, Niterói: UFF, v. 6, n. 1, p. 103-127, 2006. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2006/vol6/no1/8.pdf>. Acesso em: 1 mai. 2022.

ESPAÇOS PÚBLICOS E O BRINCAR INFANTIL NA CIDADE DE MACEIÓ.  
ANA MARIA DOS SANTOS.

PIEPER, Carmen Isabel. **A apropriação dos espaços pelas crianças.** II Seminário Luso-Brasileiro em Estudos da Criança - Pesquisas com crianças: desafios éticos e metodológicos. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Porto Alegre/RS, agosto de 2014.

PINTO, Paula Sanders Pereira; BICHARA, Ilka Dias. **O que dizem crianças sobre os espaços públicos onde brincam.** Interação em Psicologia, vol. 21, N°1, 2017.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELLOS, Vera M. R. de; SARMENTO, Manuel Jacinto. **Infância (in)visível.** Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007.

VYGOTSKI, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 4ª ed., 1991.